



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.32, n.5-6, maio/junho 2010

sumário

- 3 ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DO PIB DE 2010
Gilmar Mendes Lourenço
- 8 A RECUPERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES EM 2010
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 10 A IMPORTAÇÃO DE AUTOPEÇAS
Guilherme Amorim
- 12 PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2008: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 15 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 19 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ORLANDO PESSUTI - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ALLAN JONES DA SILVA - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

GRACIA MARIA VIECELLI BESEN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*Editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

As estatísticas de Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, para o 1.º trimestre de 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam a rápida e vigorosa recuperação econômica vivida pelo País, desde o 2.º semestre de 2009, em resposta aos apreciáveis estímulos oficiais de natureza monetária e fiscal.

Os incentivos foram dirigidos prioritariamente à expansão do consumo das famílias, como anteparo aos embaraços provocados pela crise financeira internacional, especialmente no mercado doméstico, entre o 4.º trimestre de 2008 e o 1.º trimestre de 2009, o que repercutiu positivamente nos montantes de investimentos, realizados preponderantemente pelo setor privado e também incitados pela ampliação do crédito disponibilizado pelos bancos públicos. Tanto é assim que, de acordo com informações da Fundação Dom Cabral, as receitas das multinacionais brasileiras derivadas das vendas ao exterior caíram 16,0% em 2009.

Em qualquer base de cotejo, a variação do nível de atividade mostrou-se expressiva. O adicional de 9,0% frente ao mesmo período de 2009 representou recorde da nova série histórica do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, apurada de 1996 em diante. Por essa base de avaliação, o Brasil registrou o maior crescimento mundial fora da Ásia, ficando atrás de Taiwan (13,3%), Cingapura (13,1%), Tailândia (12,0%), China (11,9%) e Malásia (10,1%), países que têm desempenho sustentado nas exportações.

Já o incremento de 2,7% em relação ao último trimestre de 2009 configurou a melhor performance desde o 1.º trimestre de 2004 (2,8%). Os ícones do exuberante desempenho foram os componentes da demanda interna, expressos nos dispêndios dos consumidores e do governo e nos investimentos. Estes foram acionados pela concatenação entre os ingredientes de reação dos agentes domésticos à flexibilização monetária e fiscal e o barateamento do custo das importações, associado ao panorama de real sobrevalorizado. Diga-se de passagem que a apreciação cambial assegurou o prosseguimento da atualização tecnológica do parque industrial e o acréscimo da oferta interna de bens, desprovidos de pressões inflacionárias latentes.

No caso dos gastos das famílias, trata-se do 26.º incremento trimestral consecutivo, em comparação com o intervalo imediatamente antecedente. Essa variável foi também influenciada por conquistas estruturais relevantes, como o fim da hiperinflação, a majoração do valor real do salário mínimo, a disseminação da modalidade de crédito em consignação, a firme retomada da geração de empregos com carteira assinada e os programas de inclusão social.

No que tange à massa de salários, levantamento preparado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que 93,0% de uma amostra de 635 classes de trabalhadores acompanhadas no Brasil conseguiu reajustes reais de remuneração, por ocasião dos acordos e dissídios coletivos em 2009, tendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como referência da inflação para as negociações.

Como o episódio de reposição salarial vem ocorrendo em níveis inferiores aos ganhos médios de produtividade, não têm sido delineados focos de desorganização no sistema de preços. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE revelam que o número de pobres (renda familiar *per capita* inferior a US\$ 2,0 por dia) diminuiu 43,0% entre 2003 e 2008 no Brasil, recuando de aproximadamente 50,0 milhões para 29,9 milhões de pessoas (22,0% do total da população).

Já a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008/2009, do IBGE, mostra que as despesas médias *per capita* dos 10,0% das famílias com maiores rendimentos mensais (R\$ 2.844,56) superavam em 9,6 vezes as dos 40,0% com menores rendas (R\$ 296,35) contra 10,1 vezes em 2002/2003. Em sentido análogo, o poder de compra do salário mínimo subiu de 1,2 cestas básicas, em 2003, para 2,3 em 2010, segundo o DIEESE, alcançando o maior nível desde 1979. O peso da alimentação nos orçamentos domésticos caiu de 33,9%, em 1974-1975, para 20,8% em 2002-2003 e 19,8% em 2008-2009.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Essas melhorias foram ensejadas pela concatenação entre o aumento da renda das famílias e o barateamento relativo dos preços dos bens essenciais, decorrente da impulsão da concorrência e da eficiência, sobretudo no agronegócio, fruto primordialmente da introdução de aprimoramentos de natureza tecnológica. Não obstante, metade do contingente situado abaixo da linha de pobreza ainda não é atingida pelo maior programa social do governo, o Bolsa Família, e 35,5% da população manifestou insuficiência de comida, circunstancial ou frequente, por restrições de renda.

A progressão das despesas governamentais obedeceu à lógica da preservação do espaço das rubricas financeiras nos orçamentos públicos, adicionada do alargamento da presença dos elementos correntes (pessoal e custeio), maximizados pela premência de eliminação das barreiras à implementação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cruciais para o alcance dos propósitos eleitorais do governo.

No tocante aos investimentos, a propulsão de 26,0%, em confronto com os três últimos meses de 2009, foi a maior desde 1995, fazendo a formação bruta de capital fixo, *proxy* das inversões produtivas, atingir 18,0% do PIB, contra 16,3% do PIB em idêntico lapso temporal de 2009, regressando às escalas contabilizadas pré-crise, no 1.º trimestre de 2008 (18,1% do PIB).

De fato, a marcha de reerguimento da construção civil e o processo de esgotamento das margens de ociosidade, desova de estoques, modernização das linhas de produção e acréscimo de capacidade das organizações privadas, mais a Petrobras, qualificam a retomada dos investimentos. Também houve influência do prosseguimento do Programa Mais Alimentos, que propicia a aquisição de tratores de reduzida potência (até 80,0 HPs) por agricultores familiares, a juros de 2,0% ao ano, com três anos de carência e sete para amortização, e do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), criado em julho de 2009 para o financiamento de bens de capital a juros entre 4,5% e 9,0% a.a., com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A partir de 2007, o Brasil observou um esboço de reativação econômica, bloqueada transitoriamente pela adaptação às agruras do choque externo.

Por certo, a partir de 2007, em fase com o ciclo ascendente da economia internacional, e reforçado por medidas de estímulo ao mercado interno, o Brasil observou um esboço de reativação econômica, bloqueada transitoriamente pela adaptação às agruras do choque externo. Assim, depois de recuar -0,2% em 2009, o PIB do País deve fechar o exercício de 2010 com a segunda maior taxa de expansão das últimas duas décadas e meia, estimada em 7,3% pelo Relatório de Inflação do Banco Central (BC), ficando atrás apenas dos anos de 1985 e 1986.

Convém recordar que, naqueles exercícios, a economia brasileira cresceu 7,8% e 7,5%, respectivamente, puxada pela escalada do consumo privado, decorrente dos desdobramentos das diretrizes econômicas expansivas da Nova República, dirigida pelo presidente Sarney, maximizada pela combinação entre rigoroso, generalizado e prolongado congelamento de preços e expressiva variação real do montante de salários, subjacente à edição do Plano Cruzado. O congelamento de preços vigorou entre o final do mês de fevereiro de 1986 e uma semana depois do pleito eleitoral de novembro do mesmo ano (tabela 1).

Logo, tal como a agradável surpresa do real em 1994, que, ao derrubar estruturalmente a superinflação, contribuiu sobremaneira para a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República, o desempenho econômico auspicioso de 2010 deve servir como uma espécie de anabolizante à candidatura oficial ao Palácio do Planalto.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - BRASIL - 1950-2009

ANO	VARIAÇÃO (%)	ANO	VARIAÇÃO (%)	ANO	VARIAÇÃO (%)
1950	6,80	1970	10,40	1990	-4,35
1951	4,90	1971	11,34	1991	1,03
1952	7,30	1972	11,94	1992	-0,47
1953	4,70	1973	13,97	1993	4,67
1954	7,80	1974	8,15	1994	5,33
1955	8,80	1975	5,17	1995	4,42
1956	2,90	1976	10,26	1996	2,15
1957	7,70	1977	4,93	1997	3,38
1958	10,80	1978	4,97	1998	0,04
1959	9,80	1979	6,76	1999	0,25
1960	9,40	1980	9,20	2000	4,31
1961	8,60	1981	-4,25	2001	1,31
1962	6,60	1982	0,83	2002	2,66
1963	0,60	1983	-2,93	2003	1,15
1964	3,40	1984	5,40	2004	5,71
1965	2,40	1985	7,85	2005	3,16
1966	6,70	1986	7,49	2006	3,96
1967	4,20	1987	3,53	2007	6,09
1968	9,80	1988	-0,06	2008	5,14
1969	9,50	1989	3,16	2009	-0,19

FONTE: IBGE

Mais precisamente, a etapa 2007-2010 foi antecedida por dois momentos não menos relevantes. O primeiro compreendeu o interregno 1994-1998, marcado pelo combate consistente à inflação, pela desmontagem dos mecanismos de indexação automática dos contratos e pela intensificação das privatizações. O 2.º tempo coincidiu com o intervalo 1999-2006, caracterizado pelo ajuste das contas externas, por meio do funcionamento do câmbio flutuante e da acumulação de um colchão de reservas internacionais, e das finanças públicas, com a geração de superávits fiscais primários e a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Presentemente, ao registrar saldo em reservas internacionais no BC, no conceito de caixa, superior a US\$ 250,0 bilhões, o Brasil figura na 7.ª posição no mundo, atrás da China (US\$ 2,4 trilhões), Japão (US\$ 1,04 trilhão), Rússia (US\$ 447,0 bilhões), Índia (US\$ 278,0 bilhões) e Hong Kong (US\$ 260,0 bilhões).

Contudo, ainda são prematuros a celebração, o aceite e a aposta definitiva no diagnóstico, reinante nos meios oficiais e adjacências, de ingresso do País em um novo círculo virtuoso. Isso porque parece razoável admitir a probabilidade de redução do ímpeto de crescimento do PIB brasileiro, já a partir do 2.º trimestre do ano, em razão do aparecimento de alguns pontos adversos.

Dentre eles sobressaem o imprevisível fator representado pela recaída contracionista europeia e os inevitáveis impactos do retorno, no Brasil, da prática de austeridade fiscal, centrada na retirada do incentivo tributário do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos, móveis e materiais de construção (este último vigente até o final de junho de 2010) e no corte orçamentário de mais de R\$ 30,0 bilhões no 1.º semestre.

Há ainda a contenção monetária, materializada na elevação dos juros e dos recolhimentos compulsórios dos bancos, em nome do combate à inflação, projetada em 5,5% para o ano pelo inquérito Focus, enraizada na majoração dos preços internacionais e internos dos insumos e nos focos salariais determinados pela escassez do fator trabalho.

Na mesma balada emerge a decisão tomada no mês de junho de 2010, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de manter a meta de inflação em 4,5% para o exercício de 2012, juntamente com a faixa de tolerância de dois pontos percentuais, para cima e para baixo, que vigoram desde 2005. Isso para um padrão internacional de sistema de metas que oscila entre 2,0% e 3,0%, empregado por nações que praticam o mesmo regime.

Tal raciocínio carrega o equivocado, ou ao menos ultrapassado, pressuposto de associação entre crescimento econômico e inflação, e confirma o descaso, por parte do governo, com a chance de promoção de definitiva desinflação no aparelho econômico. Esta poderia acontecer pelo desmanche das expectativas inflacionárias dos agentes, em resposta ao estabelecimento de metas de variação de preços menores, algo factível pela própria credibilidade conquistada pelo BC, durante a vigência do sistema a partir de 2009.

Aliás, a determinação de metas mais frouxas oportuniza a preservação de fortes componentes de indexação, ainda responsáveis pela propagação automática dos reajustes de preços pretéritos, caso dos itens administrados, das tarifas dos serviços públicos privatizados, dos planos e seguros de saúde, dos aluguéis, dentre outros preços.

A postura de restrição monetária deve encarecer o custo do crédito para consumo e investimento, em um ambiente de fragilização do *front* externo, evidenciada pela perda de emboalo das exportações e pela ascensão das remessas de lucros e dividendos, e pela exaustão da capacidade de endividamento primário da população, materializada no incremento dos valores de crédito concedido, que foi o dobro da variação da massa de salários (19,9% contra 9,9% nos últimos doze meses encerrados em maio de 2010).

Os resultados ruins do setor externo podem ser atribuídos, respectivamente, ao câmbio valorizado e à considerável desnacionalização do sistema produtivo e financeiro do País, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1990. As saídas líquidas de lucros e dividendos saltaram de US\$ 3,3 bilhões em 2000 para US\$ 33,8 bilhões em 2008, recuando para US\$ 25,2 bilhões em 2009, em face dos efeitos da crise internacional.

A taxa Selic, referência para a rolagem dos passivos mobiliários do setor público e para as operações interbancárias, subiu de 8,75% a.a. em abril para 10,25% a.a. em junho, tornando o juro primário real brasileiro (5,2% a.a.) o maior do planeta, seguido pela China (2,4% a.a.) e pela Indonésia (2,2% a.a.).

Conforme inferências da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), os juros cobrados do consumidor e das empresas estariam em 122,0% a.a. e 54,0% a.a., respectivamente, em maio de 2010. As modalidades mais caras para as pessoas físicas seriam cartão de crédito (213,0% a.a.), empréstimo pessoal das financeiras (211,0% a.a.) e cheque especial (136,0% a.a.). Para as entidades jurídicas, os maiores fardos provêm da conta garantida ou crédito rotativo (82,0% a.a.), situando-se as linhas para giro e desconto de duplicatas em 45,0% ao ano.

O não surgimento da instabilidade no retorno dos créditos decorre da administração mais adequada das carteiras de débitos pelas famílias.

Um ponto animador compreende o ainda não surgimento da instabilidade no retorno dos créditos devido à administração mais adequada das carteiras de débitos pelas famílias, com a permanente procura de feitura de permuta entre dívidas velhas e caras, hospedadas em cartões e em cheques especiais, por passivos menos onerosos, como o crédito direto e as linhas em consignação, com transferência automática da conta do mutuário para a do credor quando do depósito dos proventos.

O peso do “limite da conta corrente” recuou de 64,0% para 34,4% dos empréstimos totais feitos pelas famílias no intervalo 2000-2010, sendo o menor patamar desde o começo da década, mesmo representando a maior modalidade de crédito para as pessoas físicas. Em paralelo, levantamento da Partner Consult apontou que a participação do cartão de crédito na cobertura do valor consumido pelas famílias brasileiras passou de 2,0% em 1995 para 30,0% em 2010.

No tocante à interferência da crise ainda circunscrita à Europa, é prudente compreender o absoluto esgotamento do arsenal anticíclico empregado para debelar o *default* do *subprime* de 2008-2009 – centrado em aumento dos gastos públicos (por meio de corte de impostos e deflagração de programas sociais) e no fornecimento de crédito a juros de intervenção próximos de zero –, em face da fragilidade fiscal dos governos e da substancial exposição dos bancos.

Desta feita, depreende-se a inexorabilidade da diminuição da demanda pública, que, na melhor das hipóteses, poderá ser compensada pelo fortalecimento da demanda privada, via elevação das exportações, fruto da provável desvalorização do euro.

Adicione-se o elemento China, especialmente a multiplicação das reservas cambiais, proveniente dos superávits em transações correntes, aplicados em papéis dos governos dos países ricos com poder de endividamento exaurido, fenômeno que pode ser amenizado com o fim da cotação fixa do renminbi, a moeda do povo, conhecida nos mercados internacionais como yuan, frente ao dólar, decidida em junho de 2010 pelo banco central daquele país, o que deve puxar para cima as cotações das *commodities* em dólares.

A acomodação produtiva no Brasil já pode ser visualizada pela diminuição do faturamento real e das horas trabalhadas na indústria nos meses de abril e maio, revelada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ao mesmo tempo, o comportamento da demanda do consumidor por crédito, ao contabilizar recorde no mês de maio, segundo dados da Serasa Experian, ainda não captou as providências de contenção lançadas pelas autoridades econômicas, e pode ser atrelado pontualmente à movimentação comercial derivada do Dia das Mães e à renovação de estoques de bens duráveis para o episódio da Copa do Mundo.

Nesse sentido, proliferam suspeitas quanto ao caráter inócuo e oneroso, principalmente para as finanças governamentais, da orientação macroeconômica de impulsão dos juros. Aliás, a desaceleração da velocidade de expansão do consumo familiar desde o terceiro trimestre de 2009, e a estabilização da variação das compras governamentais abaixo de 1,0%, a par do extraordinário ganho de ritmo dos investimentos, a partir do 2.º trimestre de 2009, sinalizam, de um lado, maior capacidade produtiva futura para atendimento da demanda e, de outro, chances concretas de revisão da orientação de aperto monetário.

Apenas para ilustrar, um exame atento do comportamento do PIB, acumulado nos últimos quatro trimestres até março de 2010, conduz a uma constatação que salta aos olhos: enquanto a economia cresceu 2,4%, atestando que a crise teria ficado para trás, a renda dos intermediários financeiros aumentou 7,2%, representando a maior variação setorial.

Não bastassem esses constrangimentos conjunturais, a restauração de um padrão duradouro de crescimento econômico esbarra na negligência ou na insuficiente capacidade gerencial oficial, com a necessidade de consolidação de um clima favorável aos negócios e de criação de arranjos institucionais adequados à devolução estrutural dos componentes de competitividade sistêmica do País, incluindo as reformas tributária e fiscal, o alinhamento cambial e a promoção da intensificação da concorrência no sistema financeiro.

Igualmente destacável é a ausência de ações mais incisivas voltadas à desobstrução dos gargalos em infraestrutura física – e da instituição de parâmetros consistentes para a participação da iniciativa privada, na forma de concessões ou de parcerias –, na produção de capital humano e na flexibilização das leis trabalhistas. Esses constrangimentos, além de inviabilizarem a obtenção de um ritmo "chinês" de crescimento, colocam o Brasil em risco de ocorrência de um apagão logístico, sempre que a velocidade de crescimento da produção alcançar o teto de 5,0% a.a., definido pelos economistas como PIB potencial, cuja perenidade exigiria taxas de investimento ao redor de 25,0% do PIB, capazes de livrar o País das tênues fase de consumo.

A RECUPERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES EM 2010

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Após registrar queda de -26,3% no ano passado, por conta da retração da atividade econômica mundial, as exportações paranaenses voltam a apresentar resultados positivos em 2010, totalizando US\$ 5,2 bilhões no acumulado de janeiro a maio do presente exercício, o que representa acréscimo de 17,8% em relação a idêntico período de 2009. Tal variação, indicada pelas estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é inferior à taxa de 29,9% anotada pelas vendas externas brasileiras, que subiram de US\$ 55,5 bilhões para US\$ 72,1 bilhões.

A diferença entre os desempenhos estadual e nacional pode ser imputada ao dinamismo das exportações de determinadas mercadorias, que são representativas na estrutura do comércio exterior do País, embora inexpressivas, ou até mesmo inexistentes, na pauta paranaense. Como exemplos, podem ser citados o minério de ferro e o petróleo bruto, líderes entre os bens exportados pela Nação, que foram responsáveis por 37,5% do aumento absoluto das divisas geradas pela comercialização de produtos brasileiros nos cinco primeiros meses de 2010, estabelecendo um diferencial de crescimento em relação às economias regionais cuja produção de *commodities* minerais não é significativa.

Tanto é assim que as exportações de Santa Catarina avançaram apenas 13,8% no intervalo em análise, enquanto as do Rio Grande do Sul apresentaram incremento de 17,1%, muito abaixo das variações registradas por estados que se destacam na extração mineral, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, que contabilizaram ampliações de 105,4%, 60,1% e 33,0%, respectivamente, das vendas ao mercado internacional. Para ressaltar ainda mais a influência das *commodities* não-agropecuárias, é importante colocar que, dado o forte aumento das cotações desses bens, o índice de preços do conjunto das exportações brasileiras exibiu elevação de 17,7% no período janeiro-maio de 2010, de acordo com cálculos do IPARDES, acima da alta de 10,8% dos preços em dólares das mercadorias destinadas ao exterior pelo Paraná, o que contribui para explicar o maior crescimento relativo das vendas externas nacionais.

No entanto, isso não significa que a retomada das exportações do Estado está desvinculada do dinamismo dos produtos básicos, até porque uma parcela expressiva da expansão das receitas do setor exportador local pode ser atribuída à soja em grão, cujas vendas saltaram de US\$ 885,9 milhões no acumulado de janeiro a maio de 2009 para US\$ 1,1 bilhão em igual intervalo do atual exercício, com variação positiva de 25,0% (tabela 1). Esse acréscimo, considerando a relativa estabilidade dos preços da oleaginosa, refletiu preponderantemente a evolução das quantidades embarcadas, que, por sua vez, foi propiciada pelo aumento do excedente exportável, com a maior oferta interna.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2009-2010

PRODUTO	JANEIRO A MAIO DE 2009		JANEIRO A MAIO DE 2010		VARIAÇÃO (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	885 908 915	20,0	1 107 142 787	21,2	25,0
Carne de frango <i>in natura</i>	460 011 179	10,4	536 318 498	10,3	16,6
Automóveis	243 764 479	5,5	436 879 324	8,4	79,2
Farelo de soja	457 141 903	10,3	315 491 429	6,0	-31,0
Açúcar bruto	204 820 926	4,6	204 229 363	3,9	-0,3
Papel	137 771 078	3,1	178 665 077	3,4	29,7
Cereais	188 247 074	4,2	167 556 273	3,2	-11,0
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	62 930 867	1,4	126 636 964	2,4	101,2
Madeira compensada ou contraplacada	91 857 581	2,1	105 969 615	2,0	15,4
Óleo de soja bruto	127 440 617	2,9	104 518 324	2,0	-18,0
Autopeças	71 638 062	1,6	86 702 701	1,7	21,0
Café solúvel	72 924 928	1,6	83 676 170	1,6	14,7
Tratores	48 558 597	1,1	76 484 255	1,5	57,5
Madeiras e manufaturas de madeira diversas	47 838 661	1,1	75 361 983	1,4	57,5
Torneiras e válvulas	27 780 415	0,6	65 047 688	1,2	134,1
Outros produtos	1 307 816 668	29,5	1 557 499 594	29,8	19,1
TOTAL	4 436 451 950	100,0	5 228 180 045	100,0	17,8

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Segundo levantamento do IBGE, a produção paranaense de soja totalizará 14,2 milhões de toneladas na safra 2009/2010, resultado que representa incremento de 50,8% em comparação à temporada 2008/2009, quando foram colhidas 9,4 milhões de toneladas. Diante disso, as exportações do produto poderão registrar uma taxa de crescimento ainda mais proeminente no fechamento de 2010, devendo ser ratificada, mais uma vez, a condição de principal item da pauta estadual.

Reforçando a importância do agronegócio, são ascendentes também as receitas oriundas da comercialização de carne de frango *in natura*, atingindo o valor de US\$ 536,3 milhões no período de cinco meses encerrado em maio deste ano, com aumento de 16,6% em relação ao mesmo intervalo do exercício anterior. Cabe ressaltar que esta cifra aproxima o Estado da liderança no ranking nacional, uma vez que os embarques da carne de frango *in natura* produzida em Santa Catarina, unidade da Federação que historicamente encabeça a lista dos maiores exportadores, asseguraram divisas da ordem de US\$ 566,9 milhões.

Entre os bens agroindustriais, merecem destaque ainda as exportações de papel, que passaram de US\$ 137,8 milhões para US\$ 178,7 milhões, como reflexo não somente da recuperação da demanda internacional, mas devido também aos vultosos investimentos realizados pela indústria de base florestal no Paraná nos últimos anos. Por outro lado, as vendas de derivados da soja vêm apresentando queda, em função principalmente dos menores volumes das compras efetuadas pelo Irã e Paquistão, o que reduziu o valor referente ao comércio do óleo bruto, e da retração das aquisições da União Europeia, fator explicativo da diminuição das exportações estaduais do farelo da oleaginosa.

Já no que tange aos produtos intensivos em tecnologia, podem ser observados aumentos relevantes das receitas cambiais concernentes aos automóveis, autopeças e tratores, com variações de, respectivamente, 79,2%, 21,0% e 57,5% em 2010. Em todos esses casos, os bons resultados decorrem sobremaneira da retomada das vendas ao mercado argentino, fortemente afetado pela crise internacional no ano passado.

A propósito, não há dúvida quanto à relação entre a restauração das exportações paranaenses destinadas à Argentina e o restabelecimento dos níveis da atividade econômica no referido país. Conforme projeções do FMI, o PIB da nação vizinha deverá crescer 3,5% no exercício de 2010, após registrar inexpressivo avanço de 0,8% em 2009, instaurando condições favoráveis à intensificação dos fluxos comerciais, o que vem sendo confirmado pela expansão de 86,4% das vendas totais do Estado ao parceiro do Mercosul (tabela 2).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO MERCADOS DE DESTINO - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2009-2010

MERCADO DE DESTINO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIÇÃO (b/a)	PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB PARA 2010 (%)
	Jan.-Maio 2009 (a)	Jan.-Maio 2010 (b)		
União Europeia	1 234 778 049	1 175 442 187	-4,8	1,0
China	506 648 922	953 167 376	88,1	10,0
Argentina	293 470 452	547 023 441	86,4	3,5
Estados Unidos	184 760 874	233 498 981	26,4	3,1
Paraguai	96 945 636	161 299 125	66,4	5,3
Rússia	67 302 296	145 814 724	116,7	4,0
Arábia Saudita	83 729 821	117 894 525	40,8	3,7
Japão	98 011 182	111 031 068	13,3	1,9
México	67 785 517	88 013 391	29,8	4,2
Colômbia	53 278 763	71 783 616	34,7	2,3
Venezuela	111 974 335	71 376 564	-36,3	-2,6
Outros mercados	1 637 766 103	1 551 835 047	-5,2	...
MUNDO	4 436 451 950	5 228 180 045	17,8	4,2

FONTES: MDIC/SECEX, FMI

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

Da mesma maneira, as notáveis elevações das exportações do Paraná com destino à China, Paraguai e Rússia derivam da ampliação da renda nesses países. Com projeção de crescimento econômico de 10% para o ano corrente, a China importou US\$ 953,2 milhões em mercadorias produzidas no Estado nos cinco primeiros meses de 2010, o que correspondeu a um acréscimo de 88,1% no confronto com análogo espaço temporal de 2009. Em relação aos dois outros países, há igualmente forte influência da expansão do PIB no incremento das compras de bens paranaenses, que apresentaram altas de 66,4% (Paraguai) e 116,7% (Rússia), em contraposição às reduções das importações realizadas pela União Europeia e Venezuela, não coincidentemente marcadas pelas adversidades econômicas.

Há cerca de dez anos, o governo brasileiro reduziu o imposto de importação de autopeças em 40%. A medida foi tomada sob os auspícios de facilitar o processo de implantação de novas linhas de produção de automóveis e de incentivar montadoras internacionais sem plantas no Brasil a iniciarem fabricação local. As alíquotas da Tarifa Externa Comum praticada pelos integrantes do Mercosul para essa categoria de bens variam entre 2% e 18%.

A implantação do redutor, sob forma de lei, fazia sentido no cenário industrial da época, quando as empresas automobilísticas buscavam oportunidades em economias emergentes, e governos locais disputavam obstinadamente tais investimentos. Em suas matrizes, mercados maduros e saturados, elas enfrentavam acirrada competição e demanda estagnada. A estabilidade monetária, a segurança jurídica e a clareza do regime automotivo brasileiro tornaram aceitáveis os riscos para as montadoras que consideravam se estabelecer no País, mesmo após a crise cambial de 1999. No início do século, a derrocada da dolarização argentina e o imbróglio político que a sucedeu tornaram o Brasil – na visão das montadoras – a aposta mais segura na região. A desvalorização do real provocou sensíveis alterações na estrutura de custos das fabricantes que operavam no Brasil, o que justificava temporária desoneração para importação de peças.

A entrada de novas multinacionais e a abertura comercial mudaram o cenário do setor. A estrutura de produção baseada em condomínios fabris e compartilhamento de peças entre os modelos, gerados a partir de poucas plataformas, foi fundamental no processo. A expectativa era de que o processo de nacionalização da produção levasse a adensamento da cadeia produtiva, em que as indústrias nacionais de autopeças ganhassem escala e participação no mercado externo.

Em maio desse ano, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Ministério da Fazenda, diante de significativo crescimento no volume de autopeças importadas, decidiram eliminar o redutor. O vigoroso crescimento das vendas de automóveis, impulsionado pela temporária isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e pela expansão do crédito ao consumidor, provocou aumento na demanda por autopeças. Nos dois últimos anos, na maior parte do mundo, fabricantes do setor experimentaram acúmulo de estoques e contração de crédito, enquanto o mercado brasileiro registrava vendas sem precedentes.

O excesso de oferta externa e o câmbio beneficiaram as montadoras estabelecidas no País. A valorização da moeda brasileira elevou o número de fornecedores viáveis e deu a eles significativo poder de negociar preços com fabricantes nacionais. É um cenário que estimula, inclusive, que indústrias multinacionais de autopeças que possuem operações no Brasil passem a substituir parte de seu portfólio por mercadorias importadas. Há nítida possibilidade de que as indústrias brasileiras do setor se tornem, em alguma medida, meras “maquiadoras” de autopeças importadas, sobretudo para o mercado de reposição.

Esse fluxo de entrada de peças importadas é previsível, uma vez que a comercialização de veículos estrangeiros no mercado nacional é significativa (18% das vendas no primeiro quadrimestre, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Anfavea). Uma vez que a legislação de proteção ao consumidor prevê que os importadores mantenham estoques de reposição compatíveis com o tamanho da frota em circulação, é natural que exista um movimento semelhante de compra de peças do exterior. Seria desejável, sob o ponto de vista do desenvolvimento da indústria nacional, que esses veículos importados contassem com autopeças de reposição fabricadas no Brasil, mediante credenciamento ou desenvolvimento de fornecedores locais.

A decisão de eliminar o redutor contou com o óbvio apoio das entidades patronais que representam os fabricantes nacionais de autopeças, o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e a Associação Nacional da Indústria

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

de Autopeças (Abipeças), estioladas pela competição externa. Por outro lado, a medida foi tomada em um momento em que as montadoras avocavam, impudentemente, o direito de comprar essas mercadorias com isenção do imposto de importação. A pressão sobre os ministérios e a tentativa de menoscabar a queda do redutor contaram com o argumento de que ela provocaria crescimento na importação de veículos prontos e de que as autopeças nacionais possuem questionável padrão de qualidade.

Em meados de junho, Fazenda e MDIC adiaram a plena restauração do imposto. Ele voltará a vigorar de forma escalonada a partir de agosto, e o redutor será completamente extinto em maio do próximo ano. Assim, encomendas em curso não são prejudicadas e há tempo hábil para a renegociação de contratos. Será criada, ainda, uma lista de exceções, em que produtos sem similares nacionais continuarão valendo-se do redutor.

TABELA 1 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOPEÇAS, SEGUNDO PAÍS DE ORIGEM - 2007-2009

PAÍS	IMPORTAÇÃO (US\$ FOB)		
	2007	2008	2009
Argentina	474 082 938	644 834 767	538 197 912
Japão	351 219 391	536 531 197	534 370 302
Alemanha	409 160 615	710 025 971	394 815 579
França	282 682 905	339 808 589	238 352 408
Itália	172 097 607	326 878 431	186 557 789
Estados Unidos	216 918 142	222 274 099	154 774 312
Tailândia	43 458 791	114 959 067	119 293 005
Suécia	173 417 233	215 671 784	87 376 855
Espanha	88 953 344	91 361 079	78 530 466
China	31 498 368	59 639 238	72 395 962
Indonésia	29 708 945	52 954 345	66 910 485
México	24 089 784	41 332 286	61 361 810
Turquia	29 813 821	52 953 440	47 174 910
Chile	25 968 131	36 322 545	41 917 344
Outros	208 856 635	325 389 073	271 809 780
TOTAL	2 561 926 650	3 770 935 911	2 893 838 919

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Pode-se perceber, pelos dados da tabela 1, que a Argentina conta com evidente destaque na pauta nacional de importação de autopeças, calcado na liberação aduaneira prevista no Mercosul e no *flex* imposto pelo Acordo Automotivo entre o país vizinho e o Brasil, válido até 2014. Observa-se, ainda, que o crescimento das montadoras japonesas no mercado interno fica evidente na lista de países fornecedores. O fato de que a estrutura de produção implantada utilize, oriundas da matriz, as peças mais sofisticadas – e caras – do veículo tem esse efeito. O Acordo Automotivo entre o Mercosul e o México, vigente desde 2003, transparece na variação do valor adquirido daquele país entre 2007 e 2009, superior a 154%. Praticamente todas as montadoras com operações no Brasil se valem do tratado.

Os dois outros países que registram crescimento superior a 100% como fornecedores de autopeças nesse período são Tailândia (174%) e China (129%). Eles beneficiam-se de investimentos de multinacionais do setor, atraídos por baixos salários, legislação ambiental indulgente e incentivos estatais. Sua presença no mercado brasileiro se explica, também, pela política cambial de ambos os países, que mantém suas moedas desvalorizadas ante o dólar através do acúmulo de reservas.

A falta de coordenação entre montadoras e fabricantes de autopeças é gritante. A posição das primeiras, de utilizar um modelo que adquire as peças mais baratas, independentemente da origem, é incompatível com uma indústria largamente beneficiada pelo Estado através de diversas políticas de incentivo e mecanismos diferenciados de financiamento. A falta de contrapartidas por parte das montadoras evidencia, também, lacunas nas medidas administrativas que, com frequência, são propaladas como políticas industriais governamentais de vulto. Essa falta de articulação revela-se ainda mais grave quando Mercosul e União Europeia voltam a negociar um acordo de livre comércio, em que a compensação para a liberalização do mercado agrícola europeu será a abertura a bens industrializados europeus – automóveis e autopeças a encabeçar a lista.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2008: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Divulgados no último dia 30 de junho, os resultados da Pesquisa Industrial Anual do ano de 2008 permitem a identificação de alguns movimentos importantes do setor secundário no referido exercício, tanto em nível nacional quanto em âmbito regional. No caso específico do Paraná, verifica-se que o Valor da Transformação Industrial (VTI), *proxy* da renda gerada pela atividade manufatureira, atingiu expressivos R\$ 52,5 bilhões, o que correspondeu a um aumento real de 14,8% em comparação ao resultado de 2007, com números corrigidos pelo Índice de Preços por Atacado (IPA).

Tal variação é superior à taxa real de 8,4% anotada pela indústria brasileira, o que resultou na ampliação do peso relativo do Estado no VTI do País, passando de uma participação de 6,9% em 2007 para 7,3% em 2008 (tabela 1). Com isso, o Paraná se manteve na quarta colocação do ranking das economias industriais, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, superando, entretanto, os demais estados da Região Sul.

Diante das estatísticas recentemente apresentadas, pode-se afirmar que os melhores desempenhos no período em análise foram registrados, em sua maioria, pelas unidades da Federação cujas estruturas produtivas são marcadas pela relevância da atividade extrativa (petróleo, gás e/ou minerais metálicos), assim como da petroquímica, nos casos em que estão presentes grandes refinarias. Tanto é assim que Minas Gerais, Pará e Espírito Santo, detentores de significativas reservas de minério de ferro, e Rio de Janeiro, destaque na extração e refino de combustíveis fósseis, contabilizaram altas taxas de crescimento do VTI, tornando-se mais representativos na renda industrial brasileira.

TABELA 1 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 2007-2008

UF	2007		2008		TAXA REAL 2008/2007 (%)
	VTI (R\$ correntes)	Part. (%)	VTI (R\$ correntes)	Part. (%)	
São Paulo	232 989 042	39,2	267 632 821	37,4	3,5
Minas Gerais	64 832 432	10,9	82 344 105	11,5	14,5
Rio de Janeiro	59 310 396	10,0	75 772 482	10,6	15,1
Paraná	41 192 830	6,9	52 487 115	7,3	14,8
Rio Grande do Sul	40 551 350	6,8	47 214 480	6,6	4,9
Bahia	29 568 200	5,0	36 160 527	5,1	10,2
Santa Catarina	27 887 588	4,7	30 956 776	4,3	0,0
Amazonas	23 591 638	4,0	27 106 716	3,8	3,5
Espírito Santo	14 390 994	2,4	19 265 704	2,7	20,6
Pará	9 922 679	1,7	14 669 033	2,1	33,2
Goiás	11 415 703	1,9	13 496 815	1,9	6,5
Pernambuco	6 933 081	1,2	8 250 319	1,2	7,2
Ceará	6 781 558	1,1	8 123 908	1,1	8,0
Mato Grosso	4 831 940	0,8	6 794 503	1,0	26,7
Mato Grosso do Sul	3 298 387	0,6	3 992 412	0,6	9,1
Outras UFs	16 892 756	2,8	20 710 945	2,9	10,5
BRASIL	594 390 574	100,0	714 978 661	100,0	8,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: Para o cálculo da taxa real de crescimento, foi utilizado o Índice de Preços por Atacado (IPA) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ademais, as atividades agroindustriais, principalmente aquelas voltadas à oferta de alimentos, desempenharam o papel de diferencial dinâmico em algumas economias regionais, sendo emblemáticos os números referentes ao Mato Grosso, que alcançou uma expansão real de 26,7% do VTI em 2008, passando a responder por 1,0% do total nacional, acima da participação de 0,8% atinente a 2007. Como se sabe, tal performance deriva da pujança da

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

produção agrícola na mencionada unidade da Federação e do conseqüente potencial de crescimento da industrialização de matérias-primas oriundas da agricultura, o que é corroborado pela ascensão da importância relativa do Mato Grosso no VTI brasileiro do ramo alimentício, de 3,5% em 2007 para 4,5% em 2008.

Já no que tange ao Paraná, não obstante a inexpressividade da indústria extrativa, foi assegurada pronunciada ampliação do valor agregado do setor manufatureiro, conforme colocado anteriormente. Entre os segmentos que mais contribuíram para o proeminente desempenho, pode-se citar, primeiramente, a atividade de refino de petróleo, cujo peso na estrutura industrial paranaense atingiu 22,1% em 2008, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao exercício anterior (tabela 2). Apesar da influência da elevação dos preços dos combustíveis, o avanço da representatividade da petroquímica foi propiciado principalmente pela evolução do *quantum* produzido, refletindo o alto patamar da atividade econômica observado até meados do último trimestre do ano retrasado, quando os desdobramentos da crise financeira passaram a impor restrições à continuidade do crescimento brasileiro. Somente a título de ilustração, o volume de petróleo processado pela refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada em Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, saltou de 61,9 milhões de barris em 2007 para 67,8 milhões em 2008, o que representou incremento próximo de 10%, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

TABELA 2 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2007-2008

ATIVIDADE INDUSTRIAL	2007		2008	
	VTI (R\$ correntes)	Part. (%)	VTI (R\$ correntes)	Part. (%)
Indústrias extrativas	194 342	0,5	227 374	0,4
Indústrias de transformação	40 998 489	99,5	52 259 741	99,6
Alimentos	7 756 847	18,8	9 415 939	17,9
Bebidas	771 254	1,9	1 011 158	1,9
Fumo	136 532	0,3	354 356	0,7
Têxteis	482 222	1,2	510 126	1,0
Vestuário e acessórios	763 487	1,9	698 444	1,3
Couro e artefatos de couro	198 629	0,5	199 689	0,4
Madeira	1 711 888	4,2	2 154 435	4,1
Celulose e papel	2 204 756	5,4	2 615 058	5,0
Impressão e reprodução de gravações	221 993	0,5	241 242	0,5
Derivados do petróleo e biocombustíveis	8 643 691	21,0	11 607 927	22,1
Produtos químicos	2 443 035	5,9	2 867 616	5,5
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	257 461	0,6	304 268	0,6
Borracha e material plástico	895 159	2,2	1 002 262	1,9
Minerais não-metálicos	1 204 019	2,9	1 520 862	2,9
Metalurgia	640 652	1,6	1 038 675	2,0
Produtos de metal	1 235 199	3,0	1 477 129	2,8
Equipamentos de informática e eletrônicos	1 396 246	3,4	1 486 679	2,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1 001 205	2,4	1 169 375	2,2
Máquinas e equipamentos	1 973 733	4,8	2 876 401	5,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	5 389 973	13,1	7 771 331	14,8
Outros equipamentos de transporte	23 151	0,1	34 771	0,1
Móveis	952 258	2,3	988 081	1,9
Produtos diversos	397 807	1,0	534 048	1,0
Manutenção de máquinas e equipamentos	297 292	0,7	379 868	0,7
TOTAL	41 192 830	100,0	52 487 115	100,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

Além da petroquímica, a indústria de material de transporte também foi determinante para a notável ampliação do VTI estadual, dada a expressiva expansão da fabricação de automóveis de passeio e veículos comerciais. Como se sabe, esse dinamismo produtivo foi garantido principalmente pela demanda doméstica, influenciada pelo aumento do crédito, em conjunto com a elevação do emprego e dos salários, sendo marginal a contribuição das exportações, já afetadas pela valorização cambial. Em razão da considerável performance, o ramo de veículos automotores atingiu uma participação de 14,8% no VTI global do Estado em 2008, com ganho de 1,7 ponto percentual ante 2007.

Por fim, entre os segmentos que impulsionaram a renda gerada pela atividade fabril, cabe citar ainda a indústria de alimentos, que, a despeito da redução do espaço na divisão setorial do valor agregado do secundário, contabilizou aumento absoluto do seu VTI, interferindo, consequentemente, de forma positiva no resultado do conjunto dos ramos manufatureiros. Com uma maior desagregação, é possível observar crescimento relevante das indústrias de abate de animais e rações, que são representativas no complexo alimentício estadual.

Em suma, a posição de destaque da indústria paranaense em 2008 decorreu da combinação de bons desempenhos setoriais, o que difere dos movimentos virtuosos apresentados por algumas unidades da Federação, caracterizados pela concentração. Esse padrão do crescimento local não deixa dúvida quanto às vantagens de uma estrutura produtiva diversificada e à imprescindibilidade do prosseguimento da incorporação de novas atividades, principalmente as de alto conteúdo tecnológico, à base industrial do Estado.

AGROINDÚSTRIA

COAMO investirá em transporte e estocagem

A Coamo Agroindustrial Cooperativa, sediada em Campo Mourão (Região Centro-Ocidental do Paraná), investirá R\$ 200 milhões na infraestrutura de transporte e armazenamento de grãos durante o triênio 2010-2012. Desse montante de recursos, estima-se que, em 2010, sejam alocados R\$ 110 milhões. Serão destinados R\$ 170 milhões à expansão da capacidade de estocagem, dos atuais 2,8 milhões para 3,3 milhões de toneladas. Para o incremento e modernização da sua frota de veículos, a cooperativa planeja investir R\$ 30 milhões.

A expectativa da Coamo é de receber 5,3 milhões de toneladas de grãos de seus associados neste ano.

GOMES, Luana. Cooperativas tomam frente na hora de investir em silos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jun. 2010. Caminhos do Campo, p. 4.

LIMA, Marli. Coamo investe em armazenagem. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 maio 2010. Empresas, p. B14.

COMÉRCIO

Rede Condor planeja investir R\$ 80 milhões

A rede de supermercados Condor planeja investir, ao longo de 2010, R\$ 80 milhões na modernização de seus estabelecimentos e na construção de duas novas lojas em Curitiba. Parte dos recursos será oriunda de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A rede conta com 29 supermercados, distribuídos em 11 municípios do Paraná.

FRIAS, Maria Cristina. Carrinho cheio. **Folha de S. Paulo**, 3 maio 2010. Dinheiro, p. B2.

INDÚSTRIA

Fiat começa a produzir em Campo Largo

Ao longo de dois anos, a Fiat Powertrain Technologies (FPT) investiu aproximadamente R\$ 250 milhões na modernização da antiga fábrica da Tritec Motors, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. Estima-se que a produção alcance, no final deste ano, 1.000 motores fabricados diariamente na planta, em operação desde o mês de abril.

Em 2010, seus motores *flex* – que correspondem a 90% da produção – serão destinados a veículos Fiat. Os demais motores, que utilizam gasolina, serão destinados à América Latina. Em dois anos, a empresa planeja exportar 40% da produção.

JASPER, Fernando. Fábrica de motores “esquenta” polo automotivo do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 maio 2010. Economia, p. 2.

Metso Paper investe R\$ 50 milhões em Araucária

A fabricante de equipamentos para indústrias de papel e celulose Metso Paper investirá R\$ 50 milhões na expansão da capacidade produtiva de sua planta em Araucária, na RMC. A multinacional finlandesa transferirá para Araucária seu centro administrativo no Brasil, atualmente sediado em Curitiba.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/05/2010 e 30/06/2010.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

No complexo, a Metso Paper passará a fabricar nova linha de produtos – dentre os quais caldeiras de biomassa. Estima-se que as obras estejam concluídas no segundo semestre de 2011.

BREDARIOLI, Claudia. Metso Paper põe R\$ 50 mi na produção. **Brasil Econômico**, São Paulo, 11 jun. 2010. p. 23.

FONTES, Stella. Metso Paper muda sede no país e expande fábrica no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 maio 2010. Empresas, p. B9.

Engenharia Naval em Pontal do Paraná

A multinacional norueguesa Subsea 7, que atua no ramo de engenharia submarina, planeja construir um complexo industrial no município de Pontal do Paraná, na RMC. A companhia avalia que o projeto exigirá investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões. A Subsea 7 adquiriu, em 2007, área de 2,6 mil hectares na entrada da baía de Paranaguá, da qual 97% seria preservada. Em Pontal do Paraná, a empresa pretende montar tubulações para transporte de petróleo entre poços e plataformas, estruturas com cerca de 1,3 quilômetros de comprimento.

A divisão de robótica da companhia também fornecerá equipamentos de perfuração e de manutenção de dutos para a Petrobras. No final de junho, a Subsea 7 e a também norueguesa Acergy anunciaram que irão se fundir. Juntas, as empresas reunirão frota de 43 embarcações.

ACERGY e Subsea criam empresa de engenharia avaliada em US\$ 5,4 bilhões. **Brasil Econômico**, São Paulo, 22 jun. 2010. p. 33.

LIMA, Marli. Subsea 7 investe para atender pré-sal. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 maio 2010. Empresas, p. B10.

SILVEIRA, Luiz. Norueguesa Subsea 7 fecha contrato de até US\$ 405 milhões com a Petrobras. **Brasil Econômico**, São Paulo, 27 maio 2010. p. 33.

Volvo exportará ônibus para o Chile

A multinacional sueca Volvo exportará 237 ônibus (87 deles produzidos em sua fábrica na Cidade Industrial de Curitiba) para a empresa que administra o transporte de passageiros em Santiago, capital chilena. Desde 2005, a Volvo exportou 1.779 ônibus para o Chile. O valor da nova encomenda é estimado em US\$ 50 milhões.

RIOS, Cristina. Volvo acertou nova venda para o Chile. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 maio 2010. p. 20.

Makita em Ponta Grossa

A multinacional japonesa Makita, fabricante de ferramentas industriais, inaugurou fábrica em Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense. As novas instalações ocupam área de 30 mil metros quadrados e abrigam linhas de produção que foram transferidas de São Bernardo do Campo.

A empresa, que possui indústrias em outros seis países, tem a expectativa de que sua nova unidade triplique o volume de produção até 2013.

FREITAS, Ismael. Makita inaugura fábrica, mas silencia sobre investimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jun. 2010. p. 21.

MAKITA abre unidade em Ponta Grossa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jun. 2010. p. 23.

Sig Combibloc constrói fábrica em Campo Largo

A indústria de embalagens Sig Combibloc, de capital suíço e neozelandês, investirá 90 milhões de euros, nos próximos seis anos, na construção de sua planta no município de Campo Largo, na RMC. A expectativa é de que a fábrica de embalagens cartonadas entre em funcionamento no segundo semestre do próximo ano, e sua produção inicial é estimada em 1 bilhão de embalagens por ano.

A Sig Combibloc espera que a unidade paranaense atenda à demanda de outros países da América do Sul. Atualmente, a empresa importa de suas fábricas europeias as embalagens que suprem seus clientes brasileiros.

FLACH, Natália. Fábrica brasileira da Sig Combibloc inicia operação em 2011. **Brasil Econômico**, São Paulo, 8 jun. 2010. p. 26.

MIGUEL, Helio. Economia brasileira na mira das multinacionais. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 jun. 2010. p. 14.

SCHEFFER, Cinthia. Sig investe R\$ 200 mi em Campo Largo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jun. 2010. p. 23.

Nova fábrica em Piên

O grupo nacional Arbeit e o fundo de investimentos canadense Timber Creek inauguraram em Piên, na RMC, planta com capacidade anual de processamento de 80 mil toneladas de *pellets* de madeira. Os *pellets* são pequenas unidades de resíduos de madeira prensados, utilizados como combustível sólido.

Foram investidos US\$ 10 milhões na construção da indústria, que exportará toda a produção.

ARBEIT inaugura fábrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 jun. 2010. Empresas, p. B1.

SERVIÇOS

Viação Garcia renova frota

Sediada em Londrina, a Viação Garcia, empresa de transporte rodoviário fundada há 75 anos, investirá aproximadamente R\$ 55 milhões na aquisição de 100 ônibus. Os veículos serão fornecidos pela Marcopolo e utilizarão chassis Volvo.

MAIS ônibus. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 maio 2010. Empresas, p. B1.

Terminal Ponta do Félix investirá R\$ 16 milhões

A administração dos Terminais Portuários da Ponta do Félix investirá R\$ 16 milhões na aquisição de equipamentos e na construção, em associação com a América Latina Logística (ALL), de um terminal ferroviário com 2,4 quilômetros de extensão. Atualmente, o terminal conta com dois berços de atracação de navios.

O atual contrato de concessão à iniciativa privada expira em 2022.

LIMA, Marli. Terminal Ponta do Félix tenta recuperar tempo e clientes perdidos. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 maio 2010. Empresas, p. B8.

Rede Bourbon planeja internacionalização

A rede hoteleira Bourbon, fundada há 47 anos em Londrina (Região Norte Central Paranaense), assumirá a administração de estabelecimento construído pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) em Assunção, capital paraguaia. A expectativa é de que esse empreendimento seja inaugurado no primeiro semestre de 2011. A concessão é válida por 25 anos.

Atualmente, a Rede Bourbon administra 11 hotéis no Brasil, dentre os quais quatro de sua propriedade. A empresa estuda outros projetos de inserção internacional, em Cuba, no Chile e na Argentina.

LIMA, Marli. Hotéis Bourbon iniciam expansão internacional. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 maio 2010. Empresas, p. B4.

Copel arremata concessões no Estado de São Paulo

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) arrematou, em leilão executado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o direito de construir e administrar – por

30 anos – dois empreendimentos no Estado de São Paulo. No município de Cerquilha será implantada uma subestação, e nos 356 quilômetros entre Taubaté e Araraquara serão construídas linhas de transmissão de energia elétrica. A companhia estima que os projetos demandem investimento de R\$ 270 milhões. Por fazerem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as obras contam com a possibilidade de financiamento.

No setor de telecomunicações, a subsidiária da Copel planeja ofertar, em 2011, o serviço de acesso à internet, com velocidade de 100 megabits por segundo, através de rede de fibra ótica.

JASPER, Fernando. Destaque em leilão, Copel entra em SP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun. 2010. p. 20.

MACHADO, Priscila. Copel se prepara para avançar Brasil afora. **Brasil Econômico**, São Paulo, 16 jun. 2010. p. 32.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010 ⁽¹⁾	135	278	2 059	40 902	168 764	4 126	29 042	697 750	24 026

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010 ⁽¹⁾	82 592	124 160	1 503	660 029	56 750 224	85 981	45 430	164 214	3 615

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010 ⁽¹⁾	508 985	774 534	1 522	188 751	4 022 464	21 617	2 266 298	12 832 246	5 662

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010 ⁽¹⁾	369	831	2 252	4 501 067	14 163 731	3 147	1 142 699	3 062 990	2 680

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

... Dados não disponíveis.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2010

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	207 585	19 118	39 479
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	204 305	24 370	42 527
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	206 920	23 778	43 028
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	209 215	22 801	41 702
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	220 968	22 671	55 673
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	211 633	22 547	43 046
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	219 559	25 684	43 199
2004	1 557 747	276 808	340 568	Outubro	217 893	28 159	42 903
2005	1 788 481	308 947	367 765	Novembro	207 014	24 097	39 201
2006	1 856 061	316 897	390 394	Dezembro	204 960	31 497	40 660
2007	2 057 318	295 010	437 152	2010	653 309	72 532	119 075
2008	2 480 908	279 609	454 340	Janeiro	211 217	20 641	36 228
2009 ⁽¹⁾	2 492 086	282 214	509 156	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
Janeiro	195 787	21 742	39 155	Março	239 997	28 977	43 854
Fevereiro	186 249	15 748	38 572				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2010

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1.918.816	45,38	665.062	15,73	1.614.172	38,18	29.944	0,71	4.227.995
1999	1.735.682	44,14	626.797	15,94	1.528.226	38,86	41.954	1,07	3.932.659
2000	1.661.374	37,81	498.631	11,35	2.158.622	49,12	75.534	1,72	4.394.162
2001	2.280.991	42,87	561.285	10,55	2.416.688	45,42	61.247	1,15	5.320.211
2002	2.384.075	41,80	668.797	11,73	2.576.841	45,18	73.368	1,29	5.703.081
2003	2.985.014	41,70	877.848	12,26	3.217.442	44,95	77.549	1,08	7.157.853
2004	3.908.974	41,56	969.099	10,30	4.437.090	47,18	89.862	0,96	9.405.026
2005	3.297.780	32,87	993.498	9,90	5.608.205	55,89	134.049	1,34	10.033.533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 786 966	38,01	1 611 389	10,58	7 519 762	49,39	307 620	2,02	15 225 737
2009 ⁽¹⁾	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 961	42,06	213 335	1,90	11 222 828
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maio	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921
Novembro	225 114	29,32	79 912	10,41	441 934	57,55	20 953	2,73	767 913
Dezembro	242 387	30,54	82 927	10,45	445 154	56,09	23 170	2,92	793 638
2010 ⁽¹⁾	2 363 957	45,22	446 329	8,54	2 289 999	43,80	127 895	2,45	5 228 180
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maio	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2010

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 225 737	14 570 222	655 515	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009 ⁽¹⁾	11 222 828	9 620 703	1 602 125	152 994 743	127 672 264	25 322 479
Janeiro	746 662	579 843	166 819	9 781 920	10 311 476	- 529 556
Fevereiro	596 549	558 829	37 720	9 586 406	7 825 478	1 760 927
Março	855 697	670 462	185 235	11 809 225	10 052 631	1 756 594
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 934	3 694 683
Maio	1 115 843	678 428	437 416	11 984 585	9 358 569	2 626 016
Junho	1 328 693	750 769	577 924	14 467 785	9 863 379	4 604 406
Julho	1 036 008	958 912	77 097	14 141 930	11 229 304	2 912 626
Agosto	1 103 003	783 232	319 771	13 840 850	10 776 085	3 064 766
Setembro	909 199	1 074 267	- 165 068	13 863 222	12 549 862	1 313 360
Outubro	847 921	1 059 762	- 211 841	14 081 686	12 753 089	1 328 597
Novembro	767 913	1 021 428	- 253 515	12 652 892	12 039 774	613 118
Dezembro	793 638	881 828	- 88 190	14 462 624	12 285 683	2 176 941
2010 ⁽¹⁾	5 228 180	4 692 979	535 201	72 093 515	66 484 919	5 608 596
Janeiro	705 782	908 148	-202 365	11 305 067	11 479 498	-174 431
Fevereiro	708 008	809 458	-101 450	12 197 237	11 805 899	391 338
Março	1 150 737	924 825	225 911	15 727 499	15 060 152	667 347
Abril	1 300 333	999 960	300 374	15 161 211	13 880 308	1 280 903
Maio	1 363 320	1 050 588	312 731	17 702 500	14 259 062	3 443 438

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2010

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	85,46	82,77	96,66	85,48
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	120,57	111,93	120,26	131,32
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	119,31	110,69	118,99	130,10
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	109,25	80,45	93,23	113,39
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,13	198,41	153,95	177,40	168,37
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,80	156,00	150,76	170,51	168,36
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	108,70	142,86	116,74	129,48	102,67
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1071,68	838,04	913,84	956,62	914,96
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,31	194,41	169,26	190,58	202,61
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,79	129,67	115,74	128,31	133,14
ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	Mai./09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	
Combustíveis e lubrificantes	96,59	86,23	88,63	89,19	84,53	89,23	83,85	89,20	85,89	82,66	80,93	94,56	85,39	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	123,93	116,62	123,90	135,72	121,27	131,76	125,14	162,48	130,72	133,69	123,09	137,79	128,30	
Hipermercados e supermercados	122,51	115,30	122,62	134,56	119,88	130,50	123,95	161,20	129,43	132,66	121,73	136,39	126,95	
Tecidos, vestuário e calçados	131,43	116,71	111,49	102,98	114,05	110,64	110,32	205,50	110,89	111,52	90,78	109,02	132,23	
Móveis e eletrodomésticos	186,00	178,16	194,45	196,12	194,49	209,78	217,67	290,77	210,38	229,31	193,72	218,82	199,65	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	184,46	181,38	184,46	190,16	174,83	204,63	203,45	248,61	198,15	193,64	181,76	213,73	203,46	
Livros, jornais, revistas e papelaria	111,89	95,64	106,45	109,93	111,87	68,18	58,79	149,84	153,06	177,03	158,76	152,67	123,79	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	913,03	1 118,56	1 148,33	1 157,07	1 241,36	1 208,21	1 137,00	1 313,11	1 419,46	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	234,20	200,74	194,16	196,12	191,04	226,26	217,05	379,24	210,75	212,15	180,00	228,16	222,67	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	136,96	128,19	133,78	139,81	131,85	141,49	137,19	185,35	141,48	143,54	130,53	149,75	142,09	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2010

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10
Indústria de transformação	131,6	114,9	120,7	136,1	129,8	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	140,0	126,8	123,6	168,4	141,1
Alimentos	107,8	74,0	84,5	110,8	120,7	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	97,5	79,0	87,2	105,9	118,0
Bebidas	126,2	128,2	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	129,6	119,7	128,1	145,0	125,5
Madeira	72,8	68,9	67,9	84,3	70,6	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	74,4	65,4	64,4	81,0	82,6
Celulose, papel e produtos de papel	132,2	127,9	127,5	131,7	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	140,2	144,5	127,2	150,9	138,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	428,7	517,7	599,4	521,8	442,9	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	427,2	347,6	241,5	771,5	348,2
Refino de petróleo e álcool	100,1	82,4	81,7	96,8	102,7	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	94,8	92,0	85,6	100,5	101,0
Outros produtos químicos	77,8	72,4	79,1	75,4	65,4	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	65,0	85,4	74,6	55,6	44,5
Borracha e plástico	122,8	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	131,1	130,8	125,4	143,6	124,7
Minerais não metálicos	123,9	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	120,0	110,3	113,5	132,7	123,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,2	97,4	82,3	88,4	91,8	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	111,8	105,7	104,0	123,2	114,4
Máquinas e equipamentos	143,3	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	172,2	154,1	178,8	196,8	159,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	118,6	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	111,3	114,3	99,8	123,0	108,2
Veículos automotores	200,1	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	287,6	254,3	260,4	335,4	300,4
Mobiliário	84,9	62,5	63,3	71,8	70,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	103,6	90,1	93,2	131,0	100,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Índice sem ajuste sazonal

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2010

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09		
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7		
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2		
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1		
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9		
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7		
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1		
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9		
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6		
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9		
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6		
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1		
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5		
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6		
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5		
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3		
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7		
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7		
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1		
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2		
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5		

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	
Indústria geral	102,4	102,9	102,9	102,9	103,6	103,0	101,6	102,0	101,6	101,8	102,5	103,2	
Indústrias extrativas	72,9	72,4	72,3	71,8	69,6	69,1	73,3	70,9	71,8	71,4	69,6	71,8	
Indústria de transformação	102,8	103,3	103,3	103,3	104,1	103,4	102,0	102,4	102,0	102,2	102,9	103,6	
Alimentos e bebidas	158,1	161,0	159,3	159,0	159,9	157,8	155,0	149,1	149,9	148,7	148,7	149,6	
Fumo	174,5	102,1	102,6	99,9	103,1	108,0	109,3	250,8	170,8	289,3	292,2	282,3	
Têxtil	78,5	77,9	77,2	77,2	78,1	78,2	78,3	80,8	81,1	80,3	81,0	82,8	
Vestuário	95,2	97,2	97,9	98,2	99,5	98,7	94,3	96,1	95,8	97,1	95,3	93,4	
Calçados e couro	90,7	91,7	94,7	96,7	98,3	98,6	97,3	96,0	98,1	90,5	99,4	99,1	
Madeira	36,4	36,2	35,6	35,2	34,2	34,1	33,7	33,5	33,2	34,3	34,3	35,0	
Papel e gráfica	123,2	124,0	125,9	125,4	125,4	124,8	125,0	126,0	125,7	126,4	125,8	127,2	
Refino de petróleo e combustíveis	292,1	293,0	295,5	294,1	290,4	286,4	245,2	234,0	235,0	233,0	233,9	220,8	
Produtos químicos	90,6	97,8	94,6	97,5	98,7	96,4	96,4	97,6	97,6	97,0	98,1	100,4	
Borracha e plástico	80,7	80,4	82,5	82,1	82,3	79,7	79,7	80,7	79,8	80,3	81,9	83,1	
Minerais não-metálicos	133,6	132,9	131,0	126,0	126,4	126,8	125,8	127,4	126,2	129,1	126,8	127,2	
Metalurgia básica	69,8	69,9	69,7	69,8	70,4	72,4	73,0	76,8	74,7	76,3	79,5	80,8	
Produtos de metal ⁽¹⁾	102,4	100,2	101,1	103,2	104,5	102,8	101,6	103,8	103,9	104,0	103,5	104,1	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	146,3	146,2	145,3	148,5	155,0	159,8	163,2	166,0	163,7	165,6	168,6	173,3	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,1	100,6	100,3	101,3	103,9	106,3	104,7	106,5	104,5	107,2	107,8	109,2	
Fabricação de meios de transporte	139,6	138,6	140,1	142,5	142,5	141,4	140,8	143,1	142,9	142,8	143,6	145,7	
Fabricação de outros produtos	57,0	56,6	56,8	54,0	55,1	54,4	54,7	57,6	56,7	57,2	58,9	59,6	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2010

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427
Novembro	3 764	1 040	6 852	4 607	-232	-	16 031
Dezembro	-14 196	-3 616	-1 780	-9 369	-7 023	-	-35 984
2010	32 204	14 175	10 869	30 109	3 185	-	90 542
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Fevereiro	4 477	1 733	891	7 470	-861	-	13 710
Março	7 706	3 183	3 035	7 161	2 112	-	23 197
Abril	8 249	2 118	3 502	5 773	951	-	20 593
Mai	6 536	3 725	3 207	4 824	839	-	19 131

FONTES: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2009

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,97
2007	161 582	6,76	2 661 345	6,09
2008 ⁽³⁾	184 002	6,00	3 004 881	5,14
2009 ⁽³⁾	191 378	-0,50	3 143 015	-0,19

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br